

# COMISSÃO EXTERNA SOBRE OS ATOS DE PIRATARIA E AGENDA DO “BRASIL LEGAL”

## REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Do Sr. JÚLIO LOPES)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Externa sobre os Atos de Pirataria e Agenda do “Brasil Legal” sobre práticas ilegais e seus impactos no setor de energia elétrica.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública desta Comissão Externa sobre os Atos de Pirataria e Agenda do “Brasil Legal” para debater a ocorrência de práticas ilegais no setor de energia elétrica brasileiro, em especial furtos de energia, fraudes em sistemas de medição e outras irregularidades que impactam o funcionamento do setor e os custos suportados pelos consumidores.

Solicitamos que sejam convidadas a participar da audiência as seguintes autoridades:

- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);



- Representante do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (CONACEN).

## JUSTIFICAÇÃO

O setor elétrico brasileiro enfrenta desafios persistentes relacionados às chamadas perdas não técnicas, decorrentes principalmente de furtos de energia e fraudes em sistemas de medição. Embora frequentemente tratadas como um problema operacional das distribuidoras, essas práticas produzem impactos econômicos que transcendem o âmbito empresarial e afetam diretamente a economia nacional.

Quando parcela significativa da energia distribuída deixa de ser faturada em razão de furtos ou fraudes, os custos associados à operação do sistema elétrico permanecem existindo e acabam sendo redistribuídos entre os consumidores que pagam regularmente suas contas. Em última instância, trata-se de um mecanismo de transferência de custos que penaliza famílias, empresas e setores produtivos que atuam dentro da legalidade.

Esse fenômeno também produz efeitos relevantes sobre a competitividade da economia brasileira. O aumento das tarifas de energia decorrente dessas distorções eleva o custo de produção de diversos setores industriais e de serviços, reduzindo a competitividade das empresas nacionais e impactando negativamente a geração de emprego e renda. Em um cenário de crescente competição internacional, custos energéticos elevados representam um fator adicional de perda de competitividade para o país.

Além disso, a persistência dessas práticas ilegais contribui para fragilizar a percepção de justiça e equilíbrio no funcionamento do setor elétrico. Consumidores que pagam regularmente suas contas acabam arcando, direta ou indiretamente, com os efeitos de condutas ilícitas que deveriam ser prevenidas e combatidas de forma mais eficaz.

Diante desse contexto, torna-se fundamental que o Poder Legislativo promova um debate amplo sobre a dimensão econômica das perdas não técnicas no setor elétrico brasileiro, seus impactos sobre tarifas,



competitividade e modicidade tarifária, bem como sobre as medidas institucionais e regulatórias necessárias para enfrentar esse problema de forma estrutural.

A realização da audiência pública permitirá reunir representantes qualificados para o debate e identificar caminhos para reduzir a ocorrência dessas práticas ilegais e os efeitos sobre consumidores e sobre a economia brasileira.

Sala da Comissão, em            de            de 2026.

Deputado JÚLIO LOPES

